



Foto: Daniel Marengo



A América Latina pode
reduzir os homicídios
em 50% em 10 anos

Coordenação técnica:



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank



Índice

As dimensões do problema.....	1
Um chamado para reduzir a violência letal.....	4
Revisando as opções de políticas públicas baseadas em evidências.....	6
A importância de regular armas de fogo.....	13
“Não” à <i>mano dura</i> e “sim” às respostas abrangentes	14
Quais são os próximos passos?.....	15
Notas	16

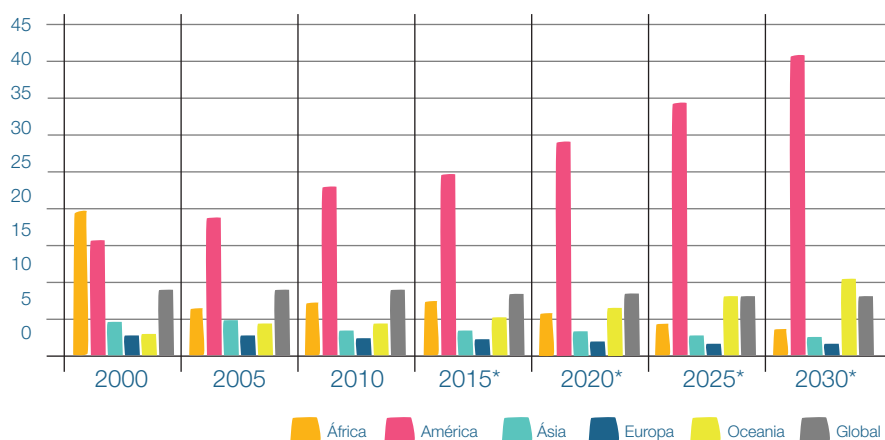
A América Latina pode reduzir os homicídios em 50% em 10 anosⁱ

As dimensões do problema

A escala e a magnitude da violência letal na América Latina são assombrosas. A região registra uma média de quatro homicídios a cada 15 minutos. A quantidade de assassinatos chega a 400 todos os dias. Anualmente, morrem cerca de 144.000 pessoas nesta parte do mundo.¹ Mais de 2,6 milhões foram vítimas de homicídios desde o ano 2000. Com apenas 8% da população mundial, a região concentra 38% dos homicídios. O problema é grave, persistente e tende a piorar caso decisões urgentes não sejam tomadas.

Projeções elaboradas pelo Observatório de Homicídios do Instituto Igarapé mostram que, ao passo em que os homicídios estão se tornando raros em algumas partes do mundo, eles tendem a continuar aumentando na América Latina.² Caso a tendência atual se mantenha constante, a taxa regional pode saltar de 21 por cem mil habitantes para 35 por cem mil em 2030 — pelo menos sete vezes mais que a média mundial.³

Figura 1. Dinâmica regional e global da média de taxas de homicídios - 2000 a 2030



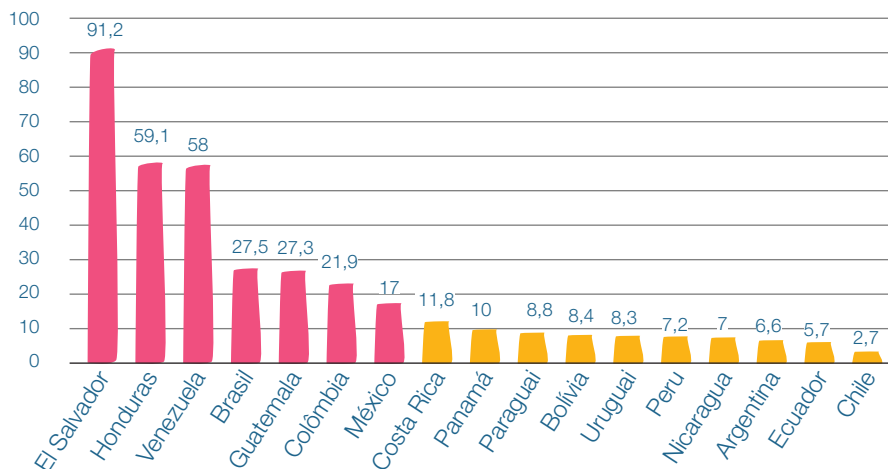
Fonte: Observatório de Homicídios, Instituto Igarapé

* O asterisco denota uma cifra projetada.

ⁱ Juan Carlos Garzón, consultor regional sênior do Instituto Igarapé, é o principal autor deste documento. A publicação foi preparada como parte da campanha para redução de homicídios Instinto de Vida. Ela se beneficiou de workshops com a participação de especialistas da região e organizações multilaterais, realizados em Bogotá (Colômbia), Cidade do México (México), Washington DC (EUA) e Rio de Janeiro (Brasil).

Na América Latina e no Caribe, a violência letal é heterogênea e concentrada. Cerca de um terço dos homicídios de todo o mundo ocorre em sete países: Brasil, Colômbia, El Salvador, Guatemala, Honduras, México e Venezuela. Esses países têm taxas de homicídio acima dos 20 por cem mil habitantes. Enquanto isso, em Chile, Argentina e Uruguai, os níveis de violência estão mais próximos aos dos países europeus, com taxas abaixo dos 5 por cem mil habitantes.

Figura 2. Taxas de homicídio a cada 100.000 habitantes na América Latina, 2016 ou ano mais recente disponível

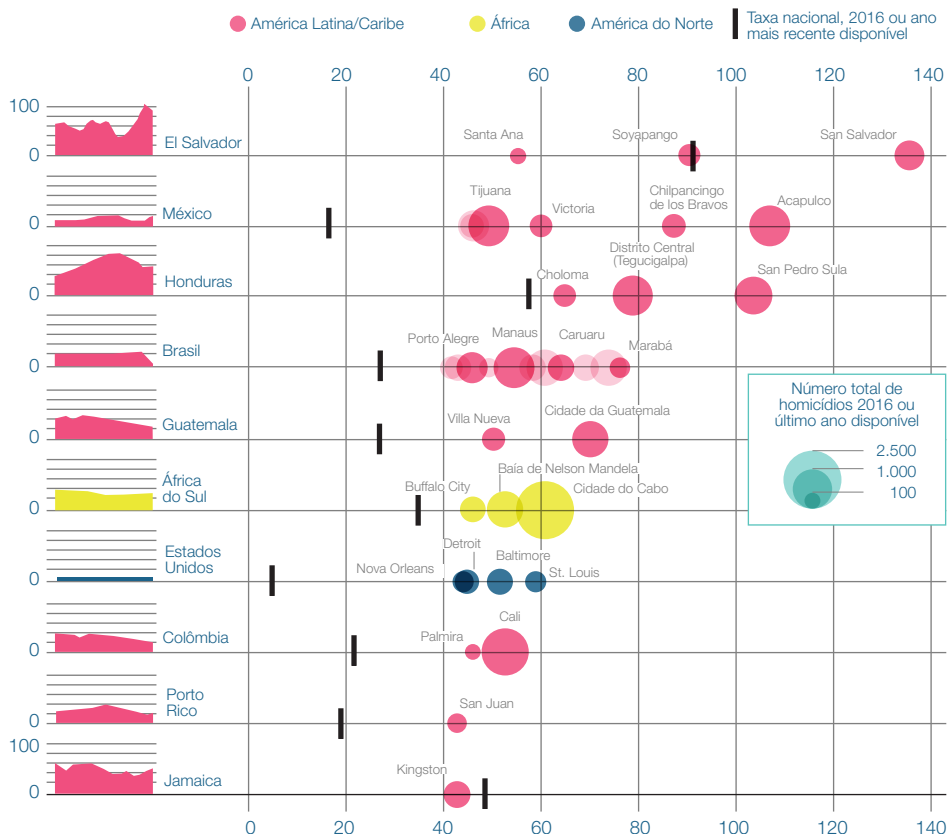


Fonte: Observatório de Homicídios, Instituto Igarapé

Os níveis de homicídios também são extremamente elevados em cidades da América Latina. Em algumas regiões urbanas, os patamares alcançados por esses crimes superam os de situações de guerra. Pelo menos 120 cidades latino-americanas e caribenhas registram taxas superiores a 25 por cem mil. Nesses lugares, uma quantidade desproporcional de assassinatos se concentra em poucos bairros ou ruas.⁴ A violência ocorrida no passado é um forte indício de que ela vá persistir no futuro: em média, na América Latina e no Caribe, cada homicídio registrado prediz a ocorrência de 0,66 homicídio no ano seguinte.⁵

A violência letal não se concentra apenas em locais, mas também em grupos populacionais específicos. Vítimas e perpetradores com frequência correspondem a um mesmo perfil.⁶ Uma revisão que leva em consideração várias cidades da região mostra que 90% de todas as vítimas entre 2003 e 2014 eram jovens do sexo masculino.⁷ A cor da pele e a condição social também são fatores importantes nesses casos: homens, pobres e não brancos estão sob maior risco de serem vítimas que brancos com rendas superiores.⁸ No Brasil, uma proporção considerável das pessoas assassinadas é de jovens negros pobres.⁹ Racismo, desigualdades estruturais e discriminação são fatores que moldam a violência letal e devem ser levados em consideração em sua prevenção.¹⁰

Figura 3. Homicídios por 100.000 habitantes: as 50 cidades com taxas mais altas, 2016 ou ano mais recente disponível



Fonte: Observatório de Homicídios, Instituto Igarapé

Publicado por The Economist¹¹

A violência contra as mulheres também é um motivo de séria preocupação na América Latina. De acordo com o Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe das Nações Unidas, 12 mulheres são assassinadas diariamente em 25 países. Honduras, El Salvador e República Dominicana têm as taxas mais altas de femicídio. Em números absolutos, Honduras, Argentina e Guatemala aparecem nas primeiras posições do ranking.¹²

Não há uma única explicação para os altos níveis de homicídios que a região enfrenta. Os fatores relacionados a homicídios variam de sub-região para sub-região. Algo que chama atenção é o fato de que os avanços econômicos ocorridos nesta parte do mundo não se traduziram em níveis mais baixos de homicídios. Embora haja debate em torno do assunto, há sinais de que a desigualdade de renda, a desigualdade social e a pobreza extrema desempenham um papel importante na origem dos homicídios no nível local.¹³

Há vários outros fatores socioeconômicos que acentuam a violência letal. O desemprego juvenil, por exemplo, é fortemente relacionado aos homicídios. Não necessariamente o desemprego por si só, mas a inatividade juvenil e a baixa qualidade do trabalho explicam o porquê de alguns indivíduos recorrerem à violência. Além disso, a baixa mobilidade social está vinculada não só ao crescimento das taxas de criminalidade em geral, como também às mortes violentas em alguns contextos.¹⁴

Outros elementos relacionados aos homicídios estão ligados à fragilidade das instituições. Especialistas vêm alertando sobre o baixo nível de elucidação de homicídios (e outros crimes violentos) por parte dos sistemas de Justiça. Enquanto na Ásia e na Europa por volta de 80% e 85% dos homicídios são solucionados, nas Américas, essa proporção cai para 50% — e abaixo de 10% em alguns países.¹⁵ A impunidade de homicídios dolosos no México se encontra ao redor dos 80%.¹⁶ Na Colômbia, o número sobe para 96% no período entre 2005 e 2010.¹⁷ Em Honduras e Brasil, a taxa é de 92%.¹⁸ Na Venezuela, para cada 100 casos de homicídios cometidos, 92 não geram detenções.¹⁹

Os latino-americanos também carecem de confiança nas instituições públicas. Somente 4 de cada 10 cidadãos confiam na polícia e 3 de cada 10 no poder judiciário.²⁰ Há desafios significativos para as autoridades no que se refere à regulação responsável de compra, posse e uso de armas de fogo na região, além da contenção do seu tráfico. O percentual de homicídios com armas de fogo é significativamente mais alto que a média global: no mundo, armas de fogo estão relacionadas a aproximadamente 41% de todos os homicídios. Essa proporção aumenta para 59% na América do Sul e para 73% na América Central.²¹

Outro fator associado às taxas de homicídios está relacionado com a abordagem da segurança extremamente violenta adotada por atores públicos em toda a região. Embora o crime organizado e facções sejam responsáveis por parte dos níveis de violência, eles estão longe de ser a única — ou mesmo a principal — fonte de violência.²² Sabe-se que uma parcela substancial dessas mortes está relacionada a dinâmicas interpessoais, embora as estatísticas sobre motivação de crimes ainda sejam frágeis na região. A normalização da violência e a disseminação da tolerância quanto ao uso da violência como ferramenta de solução de conflitos contribui para taxas de homicídios mais altas que as médias globais.

As consequências da violência são graves e duradouras. De acordo com as estimativas mais recentes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a violência e o crime custam à América Latina 3,55% do PIB da região.²³ Os elevados gastos que governos e indivíduos da América Latina e do Caribe fazem devido à insegurança equivalem ao que se gasta por ano com infraestrutura.

Um chamado para reduzir a violência letal

Prevenir e reduzir a violência não só é necessário, como também é possível. Há diversos exemplos de esforços bem-sucedidos para diminuir a violência letal. Quedas de 10% a 15% anuais já foram registradas ao redor do mundo, inclusive na América Latina.²⁴ A campanha **Instituto de Vida** estabeleceu como meta a redução dos homicídios em 50% nos próximos 10 anos. Para alcançar esse objetivo, serão necessárias reduções de 7% ao ano nos países, estados e cidades mais afetados pela violência letal. Caso exitosa, a iniciativa pode salvar por volta de 365.000 vidas.

A campanha **Instinto de Vida** é um chamado para a ação organizado por um conjunto de organizações da sociedade civil da América Latina. A iniciativa tem apoio da Open Society Foundations (OSF), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Banco de Desenvolvimento da América Latina - CAF e da Organização dos Estados Americanos (OEA). O objetivo é reduzir os níveis de violência por meio da mobilização cidadã e da implementação de políticas públicas baseadas em evidências. Esse esforço comum demanda a participação ativa de governos, empresários, meios de comunicação e cidadãos para reverter a naturalização dos homicídios e implementar medidas orientada por dados e resultados.

A campanha estabeleceu seis princípios para prevenir e reduzir os homicídios. Eles devem ser apoiados por planos abrangentes e recursos adequados. A expectativa é que o foco em *advocacy* e mobilização, assim como o alinhamento com esses seis princípios fundamentais, tornem possível a conquista de um impacto coletivo. Vale lembrar que a campanha **Instinto de Vida** tem um forte apoio normativo nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU recentemente acordados (especialmente no ODS 16), que exigem reduções em todas as formas de violência, incluindo a morte violenta.²⁵

OS SEIS PRINCÍPIOS NOS QUAIS A INSTINTO DE VIDA ESTÁ BASEADA:

- 1) **Base em evidências.** Recursos e vontade política limitados devem ser concentrados em intervenções que tenham potencial de apresentar maior êxito. Todos os esforços para reduzir homicídios precisam estar baseados em dados e orientados por evidências.
- 2) **Foco em resultados.** A conscientização do público e o debate são importantes para prevenir e reduzir homicídios. No entanto, as métricas de sucesso mais importantes são avanços reais na ponta.
- 3) **Participação cidadã em políticas que valorizam a vida.** A maneira mais efetiva de assegurar mudanças a curto e longo prazo na segurança é por meio de estratégias participativas e que valorizam a vida de todos os cidadãos.
- 4) **Garantia de acesso à Justiça e ao devido processo legal.** Os métodos para prevenção e redução de homicídios devem respeitar direitos fundamentais dos cidadãos — incluindo o acesso ao devido processo legal e à Justiça.
- 5) **Contenção da violência.** Intervenções para prevenir e reduzir a violência devem evitar, a todo custo, a reprodução da violência. Uma estratégia positiva em uma área não pode ter impactos negativos em outra.
- 6) **A proteção dos cidadãos e a segurança enquanto bem público.** No centro de qualquer estratégia para prevenir ou reduzir homicídios, devem estar a proteção das pessoas e o conceito de segurança enquanto bem público para todos.

Revisando as opções de políticas públicas baseadas em evidências

A redução dos homicídios demanda medidas baseadas em evidências e adaptadas às necessidades e capacidades presentes no contexto local. Não existe fórmula única para reduzir os níveis de violência, mas também não é preciso reinventar a roda. Há uma quantidade crescente de evidências sobre o que funciona e o que não funciona. Não se trata de reproduzir essas ações ao pé da letra, mas de identificar e desenvolver as alternativas que melhor se ajustem aos desafios locais, sem perder de vista os elementos que fizeram com que funcionassem.²⁶ As intervenções para a redução no número de homicídios demandam ao menos seis condições.²⁷

1. Priorização

A redução dos homicídios deve estar no topo das prioridades da agenda de segurança. É importante diferenciar os fatores que podem ser modificados no curto prazo e os fatores estruturais, cuja mudança demandará mais tempo.

2. Concentração dinâmica

As intervenções devem se concentrar em lugares, pessoas e comportamentos que produzem maior impacto nos níveis de violência letal. Esse impacto aumenta à medida em que os esforços estejam focados e não sejam dispersados em pequenas iniciativas ou projetos.

3. Simultaneidade e integração

A redução dos níveis de homicídios será resultado de uma multiplicidade de ações implementadas de maneira articulada por atores-chave. É importante que essa simultaneidade não deponha contra a concentração.

4. Liderança e recursos

Tanto a liderança das autoridades quanto a participação de cidadãos são necessárias para que as medidas implementadas sejam sustentáveis. Promessas não bastam. É preciso destinar recursos específicos, utilizados de maneira transparente.

5. Monitoramento e avaliação

Uma teoria de mudança clara é essencial, e as intervenções devem ser monitoradas e avaliadas desde o princípio. Também é crítico o desenvolvimento e compartilhamento de dados de alta qualidade.

6. Não provocar danos

As intervenções devem ter como critério básico reduzir os danos — e, em situação alguma, aumentá-los.

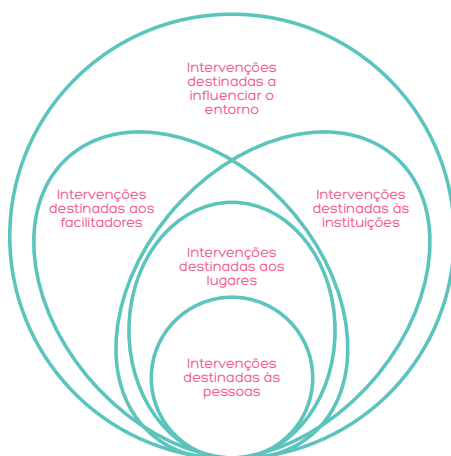
A coleta e análise de dados é fundamental para a redução de homicídios. Uma revisão das melhores práticas nesse sentido enfatiza a importância de relatórios periódicos e mecanismos de análise. Sempre que possível, esses dados devem ser abertos para escrutínio público e triangulação, o que é útil para a tomada de decisões, assim como para o monitoramento e a avaliação. Um instrumento chave neste âmbito é o *Protocolo de Bogotá*,²⁸ que estabelece uma série de critérios técnicos para assegurar validade, confiabilidade e transparência dos registros na América Latina e no Caribe.

Existem várias estratégias amplamente aceitas para reduzir a violência letal.²⁹ Conforme observado no *Protocolo de Bogotá*, elas não funcionam em todos os casos, nem precisam ser implementados simultaneamente. Independentemente de quais estratégias são adotadas, é fundamental que elas sejam baseadas em uma análise minuciosa de seus custos e consequências prováveis. Qualquer pré-avaliação também deve considerar as formas em que diferentes tipos de intervenções interagem e determinar as consequências intencionais e não intencionais de sua implantação.

Em última análise, diferentes tipos de violência letal exigirão diferentes categorias de intervenção. Algumas intervenções, como estratégias de dissuasão focalizada, podem ser centradas na prevenção da violência coletiva gerada por organizações criminosas organizadas. Outras estratégias podem envolver terapias comportamentais cognitivas e intervenções na primeira infância para abordar a violência interpessoal e doméstica. É importante lembrar que várias formas de homicídio podem ocorrer simultaneamente, exigindo uma variedade complexa de intervenções.

É possível agrupar os diferentes tipos de intervenções em cinco lentes ou perspectivas dependendo do foco principal (Figura 4). No centro, estão as pessoas afetadas pela violência, assim como os agentes. Ao redor delas, estão os *lugares* nos quais os homicídios se concentram — bairros e ruas específicos que aparecem como “pontos quentes” (*hot spots*) com altos níveis de violência letal. Há também *facilitadores* da violência que incluem, por um lado, armas e munições e, por outro, o álcool e o mercado de drogas ilegais. Em seguida, existem as *instituições*, que incluem as instituições formais do Estado — a polícia, a Justiça e sistemas de segurança em geral. Por fim, há o *entorno*, o espaço social no qual essas dimensões interagem entre si. Na prática, é claro, essas várias dimensões são interligadas.

Figura 4. Tipos de intervenções destinadas à redução do número de homicídios



A Figura 5 descreve um conjunto de opções de políticas para cada uma das cinco dimensões. Elas foram selecionadas com base em uma revisão das evidências criminológicas e de saúde pública disponíveis. O quadro não é exaustivo e destina-se a dar forma a um debate informado sobre prioridades estratégicas para prevenir e reduzir os homicídios. Cada opção inclui o nível de evidências que a respalda e o seu impacto potencial. É importante ressaltar que algumas medidas têm efeito direto sobre a redução de homicídios, enquanto outras opções podem influenciar indiretamente uma diminuição dos níveis de violência letal.

A maioria das intervenções propostas não foram originalmente desenvolvidas na América Latina e no Caribe. Conforme indicado em um estudo recente — *Mapeamento de Programas de Prevenção de Homicídios na América Latina e Caribe* — há relativamente poucos programas de redução de homicídios na região.³⁰ Um estudo do Instituto Igarapé revisou mais de 1.300 programas de segurança cidadã na América Latina e no Caribe e indicou que apenas 7% realizaram uma avaliação robusta.³¹ Embora existam números crescentes de exemplos positivos de redução da violência nessa parte do mundo, há evidências limitadas em termos do que funciona.

Figura 5. Opções de políticas públicas para a redução de homicídios³²

Dimensão	Opção e descrição breve
Intervenções dirigidas a pessoas Destinadas a vítimas e/ou perpetradores	Terapia cognitivo-comportamental Corresponde ao uso de técnicas baseadas na psicologia clínica para promover mudanças de comportamento em perpetradores. Inclui o treinamento de habilidades cognitivas, o autocontrole e o controle da ira, entre outros componentes. Contribui para prevenir condutas que possam se transformar em crime e violência. Seus resultados são melhores quando acompanhadas de outros tipos de intervenção, como programas vocacionais.³³ Evidência: Moderada Impacto: Alto
	Prevenção da reincidência Corresponde a estratégias focadas em indivíduos que tiveram contato prévio com o sistema de Justiça criminal/penal. Costuma envolver programas de reabilitação dentro e fora do sistema penal, com frequência conduzidos com apoio da comunidade. O foco é em indivíduos envolvidos em atos não violentos e violentos que podem voltar a cometer crimes.³⁴ Evidência: Forte Impacto: Alto
	Políticas de prevenção do femicídio Há diversas medidas com resultados positivos, em particular as associadas ao aperfeiçoamento dos serviços de saúde para melhorar a identificação da violência infligida por parceiros (por exemplo, usando uma escala de avaliação de perigo), restrições a armas de fogo para homens que tenham antecedentes de maus-tratos a parceiras, assim como o afastamento temporário da mulher do entorno da agressão. Evidência: Moderada Impacto: Alto

Dimensão	Opção e descrição breve
Intervenções dirigidas a pessoas Destinadas a vítimas e/ou perpetradores	Dissuasão focalizada Inclui uma série de intervenções focadas em indivíduos e grupos com maior risco de incorrer em ações violentas. A estratégia se baseia na mudança de comportamentos através de sanções e incentivos, minimizando as condutas mais prejudiciais. Ela requer que o sistema de Justiça adote uma perspectiva de seleção estratégica com o objetivo de reduzir a violência letal. Essa intervenção pressupõe a interação entre vários atores em espaços públicos e ligados à sociedade civil.³⁶ Evidência: Moderada Impacto: Alto
	Mediação de conflitos Inclui a mediação de conflitos com membros de grupos violentos (quadrilhas, gangues ou organizações criminosas de maior porte) com o intuito de reduzir a violência — por meio de tréguas ou de acordos específicos — ou pode consistir em acordos de nível local mais direcionados a atores específicos. Esse tipo de intervenção pode gerar um impacto positivo a curto prazo, mas também representa um alto risco político, com resultados incertos no médio e no longo prazo.³⁷ Evidência: Limitada Impacto: Alto no curto prazo, mas incerto no longo prazo
Intervenções dirigidas a lugares Dirigidas a espaços físicos onde a violência se concentra	Intervenção em “pontos quentes” (<i>hot spots</i>) Abordagens orientadas por dados que se concentram em áreas geográficas, horários específicos e pessoas específicas relacionadas a crimes. Permitem a alocação de recursos humanos e materiais para bairros, ruas e endereços específicos onde homicídios tenham ocorrido e/ou onde haja maior probabilidade de que ocorram no futuro. Essas intervenções podem ser associadas à imposição da lei, mas podem também envolver uma gama mais ampla de atores do setor público, privado e da sociedade civil.³⁸ Evidência: Forte Impacto: Alto
	Intervenções urbanas Inclui uma série de programas que envolvem prevenção de crime através de design ambiental, renovação urbana ou “acupuntura social” com o objetivo de fortalecer a integração social, coesão e eficácia. O objetivo é recuperar espaços públicos e aumentar os incentivos do bairro para prevenir e reduzir a criminalidade, incluindo a violência letal. As estratégias incluem a introdução da iluminação pública, a integração de zonas formais e informais da cidade por meio de transportes públicos integrados e a melhoria da habitação em áreas de baixa renda e serviços de bairro.³⁹ Evidência: Moderada Impacto: Moderado

Dimensão	Opção e descrição breve
Intervenções destinadas aos facilitadores Destinadas às ferramentas ou aos fatores que facilitam a ocorrência de homicídios	Regulação responsável de armas e munições Inclui medidas voltadas para a regulação de posse, transporte, venda e uso de armas de fogo, fortalecimento das capacidades de rastreamento do Estado e controle sobre estoques, incluindo os de empresas privadas de segurança. As estratégias podem abranger a legislação sobre a marcação e rastreamento de armas de fogo e munições, verificações de antecedentes, requisitos de treinamento, licenciamento e registro de rearmes e usuários, restrições de idade, bem como penalidades associadas ao transporte e uso ilegal. Outras intervenções podem envolver anistias direcionadas, programas de coleta e destruição de armas, embora a base de evidências seja mista. Uma prioridade deve ser limitar o acesso a armas de fogo para aqueles que são mais propensos a usá-las ilegalmente.⁴⁰ Evidência: Forte Impacto: Alto
	Medidas focadas na regulação do álcool Existem várias abordagens para regular o álcool para garantir que isso não contribua para a violência letal. Exemplos incluem restringir o consumo de álcool e as horas de consumo (bares / boates), bem como regular os pontos de venda em regiões afetadas por níveis de criminalidade acima da média. As estratégias também se concentram em indivíduos que demonstram uma história de consumo abusivo de álcool, que tenham participado de atos de violência e que possam reincidir.⁴¹ Evidência: Mista Impacto: Moderado
	Estratégias para reduzir a violência relacionada ao mercado das drogas As drogas por conta própria não são um fator de risco para a violência homicida. Dito isso, as estratégias destinadas a conter a violência associada ao mercado de drogas e as respostas estatais/não estatais a essa questão são efetivas. Exemplos incluem a redução de sanções e penalidades associadas a infratores não violentos, identificando serviços sociais e de saúde para usuários de drogas e operações de inteligência focadas em agressores altamente violentos.⁴² Evidência: Limitada Impacto: Alto
Intervenções destinadas às instituições Destinadas ao fortalecimento específico das instituições do sistema de Justiça	Fortalecimento da capacidade do sistema de Justiça para esclarecer homicídios Uma prioridade para reduzir os homicídios é o fortalecimento do sistema de investigação criminal. As estratégias que geram retornos positivos incluem (1) unidades especializadas em investigação de homicídios e (2) criação de mecanismos de coordenação envolvendo o Ministério Público, as polícias e as autoridades civis para supervisionar as investigações. Em contextos onde há casos frequentes de execuções extrajudiciais, a adoção e aplicação de políticas que mostrem que não há tolerância para esses casos é fortemente recomendada.⁴³ Evidência: Moderada Impacto: Moderado/Alto

Dimensão	Opção e descrição breve
Intervenções destinadas às instituições Destinadas ao fortalecimento específico das instituições do sistema de Justiça	Fortalecimento das capacidades da polícia e de suas relações com as comunidades Uma estratégia fundamental é a manifestação, por parte da polícia, da redução de homicídios como uma prioridade. Isso significa estabelecer metas e métricas, além de definições de sucesso. Também requer implementar políticas que enfatizam a prevenção de homicídios e a dissuasão de indivíduos e comportamentos associados a crimes violentos. A implementação efetiva desta estratégia requer uma força policial bem treinada e profissional que também possa estabelecer relações positivas com as comunidades afetadas.⁴⁴ Evidência: Moderada Impacto: Moderado
Intervenções destinadas a influenciar o entorno Destinadas ao contexto em que ocorrem os homicídios e ao combate de fatores de risco	Prevenção precoce focada em famílias Algumas das estratégias de longo prazo mais eficazes para prevenir e reduzir a violência letal envolvem o investimento na estabilidade das famílias e as habilidades dos responsáveis pelas crianças, especialmente pais e mães. As estratégias que envolvem oferta de cuidados infantis, treinamento de habilidades parentais, visitas domiciliares de rotina, redução do abuso e negligência infantil, bem como subsídios direcionados às famílias mais vulneráveis geram resultados promissores. Tais medidas são projetadas para reduzir a exposição das crianças à insegurança na primeira infância e podem reduzir significativamente os fatores de risco associados ao comportamento violento ao longo da vida.⁴⁵ Evidência: Forte Impacto: Alto
	Acesso a oportunidades sociais e econômicas para grupos vulneráveis Políticas sociais e econômicas focadas em áreas vulneráveis podem criar condições para a inclusão de indivíduos desfavorecidos e em situação de vulnerabilidade. Essas intervenções podem melhorar o desenvolvimento equitativo, reduzindo os incentivos à violência. As políticas destinadas à melhoria da desigualdade de renda, garantia do acesso a uma educação e emprego de qualidade e fortalecimento do capital social podem influenciar positivamente os comportamentos que desencorajam a violência.⁴⁶ Evidência: Moderada Impacto: Moderado e indireto
	Fortalecimento da capacidade das comunidades de responder à violência Comunidades saudáveis são comunidades mais seguras. Estratégias que reforçam líderes legítimos das comunidades e organizações de base — incluindo associações de bairro e grupos de ação comunitária — podem, em muitas circunstâncias, melhorar os esforços de prevenção e redução da violência. Idealmente, essas estratégias envolverão mediação treinada na interrupção da violência. Quando realizado com apoio adequado, desenvolvimento de habilidades, monitoramento e avaliação, elas têm maior potencial de obter resultados bem-sucedidos. Evidência: Limitada Impacto: Alto⁴⁷

Cada país, estado e cidade adotará as opções de estratégias que forem mais apropriadas para a suas próprias circunstâncias e para o seu contexto específico. A ordem de implementação também varia de acordo com tempo e espaço. Algumas estratégias podem ser adotadas mais rapidamente, enquanto outras podem depender que capacidades e recursos necessários para sua implementação sejam providos. É imperativo que as intervenções sejam orientadas por um plano definido com clareza, conectando metas e métricas concretas. As intervenções destinadas a responder desafios urgentes devem ser alinhadas com os investimentos e objetivos a longo prazo, além de levar em consideração os fatores de risco estruturais.

Diferentes instituições serão responsáveis por distintas facetas da redução e prevenção de homicídios. É necessária uma coordenação entre uma série de responsáveis por aplicação da lei, justiça penal, prisões e reabilitação, bem como jovens, saúde, educação, lazer e outros. O setor privado e os grupos da sociedade civil — especialmente universidades e organizações não governamentais — devem ser envolvidos sempre que possível. A redução de homicídios raramente é o resultado de uma única intervenção ou ator.⁴⁸

Ao menos as seguintes questões devem ser respondidas para que os esforços de redução de homicídios sejam bem-sucedidos:

1. Em que lugares, dias e horas se concentram os homicídios?
2. Quem são as vítimas da violência letal e qual é o tipo de homicídio em questão?
3. Quem são os principais responsáveis pelos atos violentos e o que motivou suas ações?
4. Todos os dados relevantes sobre a violência letal são captados pelos sistemas de informação?
5. Qual a proporção dos homicídios captada pelos sistemas de informação e o que explica as limitações existentes?
6. Qual o percentual de homicídios solucionado pelos sistemas de Justiça?
7. Em quantos atos de violência letal foram usadas armas de fogo? Esse tipo de arma está regulado?
8. Como o álcool e os mercados de drogas influenciam os níveis de homicídios?
9. Que medidas estão sendo tomadas para reduzir a violência letal? Elas funcionam?
10. Que mecanismos de avaliação e monitoramento existem para essas medidas que têm como objetivo a redução da violência letal?

A importância de regular armas de fogo

A disponibilidade e a proliferação descontroladas de armas de fogo e munições podem contribuir para a prevalência, intensidade e longevidade da violência armada.⁴⁹ Ao mesmo tempo em que houve algum progresso internacional e regional na legislação sobre o controle do tráfico de armas,⁵⁰ a América Latina ainda está longe de regular e lidar de maneira apropriada com esses instrumentos.⁵¹

As questões-chave relacionadas a esse assunto incluem:

A região tem uma alta taxa de homicídios cometidos com armas de fogo. Na América Latina, a propriedade de armas de fogo está fortemente correlacionada com o seu uso em assassinatos. Em comparação com outras regiões no mundo, a proporção de homicídios com armas de fogo é muito alta.⁵² Chamar atenção dessa associação pode servir de apoio para o estabelecimento da regulação responsável como uma prioridade para uma agenda mais ampla de segurança pública.

A propriedade de armas de fogo por civis é especialmente problemática em ambientes com fraco controle e supervisão. Em áreas afetadas por altos níveis de criminalidade organizada, baixos níveis de aplicação da lei e controles sociais fracos, as armas de fogo nas mãos de civis são um risco sério.⁵³ A noção de que as armas de fogo podem deixar uma casa mais segura não tem suporte pelas evidências. No Brasil, por exemplo, um estudo recente mostra que um aumento de 1% no número de armas de fogo em circulação representa um aumento de 2% na taxa de homicídios.⁵⁴

O aumento da segurança privada e sua falta de regulação são fatores que contribuem para o aumento das armas de fogo em circulação. A segurança privada vem se expandindo em toda a América Latina (10% ao ano).⁵⁵ Na América Central, os custos da segurança privada representam aproximadamente 1,5% do PIB (a partir de 2006).⁵⁶ Os agentes de segurança privada em toda a região geralmente estão melhor armados que a polícia. A regulação dessa indústria deve ser uma prioridade.

A região apresenta sistemas de monitoramento de baixa qualidade que dificultam a gestão adequada e a regulação das armas de fogo. Existe uma ausência marcada de sistemas de informação confiáveis para garantir um monitoramento transparente e efetivo da propriedade de armas de fogo por entidades estatais, empresas privadas e indivíduos. Na maioria dos países da América Latina, uma proporção pequena de armas de fogo são registradas, e as informações sobre o tema raramente estão atualizadas. Como resultado, há um grave risco de desvios de armas de fogo dos arsenais de forças militares, policiais, aduanas e entidades privadas de segurança.

O aperfeiçoamento da cooperação melhorada entre os países é fundamental para limitar o mercado ilegal de armas de fogo e evitar o transporte/tráfico entre os estados. Uma fonte chave de armas de fogo e munições é o mercado ilegal. As armas não são apenas desviadas de ações legítimas, mas também vendidas ilegalmente em redes globais. Os traficantes e as organizações criminosas estão frequentemente envolvidos em uma série de cadeias de fornecimento ilegais. Essas redes incluem os EUA, mas também o México, e países da América Central e do Sul.⁵⁷

A regulação responsável das armas de fogo pode prevenir a morte violenta e outras formas de vitimização.⁵⁸ Existem inúmeros exemplos de políticas progressivas destinadas a limitar a probabilidade de as armas de fogo caírem no mercado ilegal e serem usadas para perpetrar crimes violentos. O Estatuto do Desarmamento do Brasil contribuiu para uma redução de 12% nos homicídios entre 2004 e 2007.⁵⁹ Em Cali e Bogotá (Colômbia), evidências mostram que a restrição da propriedade de armas de fogo foi associada a uma diminuição do número de mortes.⁶⁰ Controles responsáveis, juntamente com campanhas e intervenções específicas, podem gerar resultados positivos.⁶¹

O controle responsável de armas de fogo e munições é uma resposta política necessária, que precisa ser acompanhada de outras estratégias. Experiências ao redor da América Latina demonstram que países e cidades devem implementar múltiplas medidas para reduzir a violência letal, especialmente em áreas onde a violência está mais concentrada. As estratégias devem integrar a regulação responsável das armas com um pacote mais amplo de intervenções.

“Não” à *mano dura* e “sim” às respostas abrangentes

As políticas de *mano dura* (em tradução literal, “mão dura”) são amplamente praticadas na América Latina. Eles envolvem, entre outras táticas, medidas punitivas para tentar impedir o crime. Muitas estratégias nacionais adotadas na região foram fortemente influenciadas pela contenção do narcotráfico e de gangues adotada pelos Estados Unidos. A expectativa era que uma aplicação policial mais assertiva, sanções mais duras e sentenças mais longas dissuadiriam traficantes de drogas e gangues. No entanto, isso não funcionou conforme planejado.

Atualmente, há uma crescente conscientização sobre as limitações de abordagens punitivas para a prevenção da criminalidade na América Latina. Legisladores, governadores, prefeitos, empresários e líderes civis estão cada vez mais investindo em intervenções locais, construindo a segurança cidadã desde o princípio. Eles aprenderam lições importantes da maneira mais difícil — a partir da tentativa e do erro. Descobriram que o policiamento, a justiça criminal e os sistemas penais eram despreparados e sobrecarregados — e que era necessária uma estratégia mais centrada nas pessoas.

A campanha **Instinto de Vida** critica fortemente a aplicação de abordagens do estilo *mano dura* para prevenir e reduzir a violência letal. Essas intervenções não apenas são contrárias a muitas normas internacionais e regionais, como muitas vezes são ineficazes no médio e longo prazo. Elas podem involuntariamente aumentar a violência, encorajar e ativar novas formas de atividade criminosa, expor os jovens a violências flagrantes, estigmatizar comunidades inteiras e corroer regras/sanções de policiamento. Além disso, negligenciam os fatores estruturais subjacentes que moldam a violência criminal.

Na América Latina, as abordagens do tipo *mano dura* e a tolerância zero para o controle da criminalidade geraram repercussões negativas de grande alcance. Frequentemente elas são associadas ao abuso policial, violações do devido processo, aumento dramático na população prisional e disseminação de violações sistêmicas dos direitos humanos, incluindo tortura, execuções extrajudiciais e desaparecimentos.⁶² Tais táticas também encorajam a política de confronto, com altas taxas de violência letal perpetrada contra as forças de segurança e oficiais.⁶³

Há evidências limitadas de que as políticas de *mano dura* foram bem-sucedidas na redução da violência criminal.⁶⁴ Não há provas significativas de sua eficácia.⁶⁵ Na verdade, as medidas de *mano dura* aumentaram as taxas de prevalência de violência e as populações carcerárias em muitos países latino-americanos.⁶⁶ Também não há um nexo de causalidade claro entre o crescimento da população carcerária que inevitavelmente acompanha medidas de *mano dura* e melhorias na segurança pública geral. Elas podem, em última análise, impedir modelos de segurança inclusivos e sustentáveis que respeitem os direitos humanos.⁶⁷

Quais são os próximos passos?

Devido à persistência crônica dos homicídios na América Latina, o risco de que os assassinatos sejam naturalizados existe. Além disso, a incapacidade das instituições estatais de prevenir e reduzir a violência letal pode resultar em uma apatia — ou mesmo tolerância — dos latino-americanos em relação ao uso da violência como meio de resolução de conflitos. Dessa forma, é fundamental que os líderes latino-americanos identifiquem o problema, analisem e, em seguida, estabeleçam medidas concretas para abordá-lo. Os custos da inação são graves em termos humanos e materiais.

A campanha **Instinto de Vida** recomenda distintos passos para avançar nessa agenda:

- **Dar nome ao problema.** Entender que o problema dos homicídios é uma prioridade e elaborar uma agenda robusta para sua prevenção e redução. As altas taxas de homicídios não são normais nem aceitáveis, e é fundamental que a sociedade conheçam os fatores que dão origem à violência e as consequências de longo prazo.
- **Priorizar a redução de homicídios.** Ainda há poucos exemplos de estratégias de redução de homicídios implementadas na América Latina. No lugar disso, existem planos e programas genéricos de prevenção do crime e segurança cidadã.⁶⁸ Para reduzir o homicídio em toda a região, são urgentes intervenções específicas e direcionadas.
- **Produzir dados e análises confiáveis.** A produção e disponibilidade de dados válidos, confiáveis, transparentes e longitudinais são indispensáveis para o desenvolvimento, avaliação e implementação de políticas para prevenir e reduzir os homicídios. Novas tecnologias — incluindo o uso de sistemas de coleta de *big data* e informações — são altamente recomendáveis.
- **Adotar um plano para a redução de homicídios com metas e indicadores claros.** Qualquer plano adotado deve estabelecer objetivos claros, desenvolver métricas nítidas e alocar recursos adequados. É altamente recomendável que ele inclua uma teoria convincente da mudança. Declarações de intenção não têm sentido sem um planejamento e recursos claramente articulados para apoiá-lo.
- **Atacar os problemas mais urgentes sem ignorar as transformações necessárias de longo prazo.** É necessário implementar no curto prazo medidas focadas nos lugares, indivíduos e comportamentos mais vulneráveis. As estratégias devem conquistar alguns resultados rápidos, ao mesmo tempo em que criam as capacidades necessárias para resolver problemas mais estruturais.
- **Garantir a continuidade e a sustentabilidade das intervenções.** O objetivo de reduzir os homicídios deve ser compartilhado entre o governo e a sociedade. Ele exige consistência ao longo de mudanças políticas e administrativas. Definir a redução de homicídios como uma prioridade exigirá compromissos de múltiplos líderes políticos e um forte apoio da sociedade civil.
- **Desenvolver alianças intersetoriais e interdisciplinares para reduzir homicídios.** Combinar as capacidades e pontos fortes dos diferentes atores, seja no setor público, privado ou sem fins lucrativos. É imperativo que as estratégias de redução de homicídios aproveitem não só as habilidades técnicas dos especialistas, mas também as habilidades dos especialistas em comunicação, da academia e do setor privado.
- **Definir antecipadamente mecanismos de avaliação e monitoramento.** Os esforços de redução de homicídios devem ser acompanhados de sistemas robustos para medir resultados. Ainda existe uma escassez de evidências sólidas do que funciona na América Latina. A redução de homicídios exigirá uma análise de impacto contínua e a capacidade de atuar corretamente em tempo real.

A boa notícia é que o número de programas de redução de homicídios na América Latina vem aumentando nos últimos dez anos. Há evidências de que os cidadãos estão mais preocupados com a redução da violência e que alguns governos estão respondendo a essa preocupação.⁶⁹ Para que essas iniciativas sejam de fato transformadoras, um esforço coletivo é necessário. A campanha **Instinto de Vida** está confiante de que reduzir em 50% o número de homicídios na próxima década não é apenas essencial, como também é possível.

Notas

1. Consulte: Chioda, L. (2016). *Fin a la Violencia en América Latina. Una mirada a la prevención desde la infancia hasta la edad adulta*. Washington DC: Banco Mundial.
2. Veja: homicide.igarape.org.br.
3. Consulte: Vilalta, C. (2015). *Tendências e projeções globais sobre homicídios, 2000 a 2030*. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé – Notas de Homicídios 2. Acesso em 4 de março de 2017, disponível em: https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2016/04/Homicide-Dispatch_2_PT-22-04-16.pdf.
4. Banco de Desenvolvimento da América Latina - CAF (2014). *Por una América Latina más segura: Una nueva perspectiva para prevenir y controlar el delito*. Bogotá: CAF. Acesso em 4 de março de 2017, disponível em: <http://publicaciones.caf.com/media/40777/reporte-economia-desarrollo-seguridad-control-delito.pdf>.
5. Consulte: Chioda, L. (2016). *Fin a la Violencia en América Latina. Una mirada a la prevención desde la infancia hasta la edad adulta*. Washington DC: Banco Mundial.
6. Consulte: Muggah, R. (2015). *Fixing Fragile Cities: Solutions for Urban Violence and Poverty*. Disponível em: www.foreignaffairs.com/articles/afrika/2015-01-15/fixing-fragile-cities.
7. Consulte: Vilalta, C., Castillo, J.G. & Torres, J. (2016). *Delitos violentos en ciudad de América Latina*. Washington DC: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Acesso em 4 de março de 2017, disponível em: <http://publications.iadb.org/handle/11319/7821>.
8. Muggah, R., Chainey, S. & Aguirre, K. (2017). *Latin America's homicides are hyper-concentrated. This means they can be reduced*. Disponível em <http://www.americasquarterly.org/content/latin-america-couldcut-its-murder-rate-50-percent-heres-how>.
9. Em 2012, mais de 50% das vítimas de homicídios tinham entre 15 e 29 anos de idade e, entre os jovens, 77% eram negros.
10. Consulte: Anistia Internacional (2015). *Brazil: Keep the black youth alive! Homicides caused by the police in Rio de Janeiro. Internal Memorandum 102/2015*. Disponível em <https://doc.es.amnesty.org/cgibin/ai/BRSCGI.exe/A10215PAS?CMD=VEROBJ&MLKOB=34504093434>.
11. Consulte: The Economist (2017). *The world's most dangerous cities*. Disponível em: <https://www.economist.com/blogs/graphicdetail/2017/03/daily-chart-23>.
12. Os números correspondem à quantidade anual de homicídios de mulheres de 15 anos ou mais, assassinadas por motivos ligados ao gênero. Dependendo do país, o evento é denominado "femicídio", "feminicídio" ou "homicídio agravado por razões de gênero". Veja: <http://oig.cepal.org/es>.
13. Consulte: PNUD (2013); Chioda, L. (2016).
14. Consulte: PNUD (2013), Ibid; Chido, L. (2016). Ibid. *Seguridad con Rostro Humano: diagnóstico y propuestas para América Latina*. Nova York: PNUD. Jaitman, L. & Keefer, P. (2017). ¿Por qué es importante la estimación de los costos del crimen? Una agenda de investigación para apoyar las políticas de prevención del delito en la región em Jaitman, L. (Ed). *Los costos del crimen y de la violencia. Nueva evidencia en América Latina y el Caribe*. Washington DC: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Acesso em 4 de março de 2017, disponível em: <https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/8133/Los-costosdel-crimen-y-de-la-violencia-nueva-evidencia-y-hallazgos-en-America-Latina-y-el-Caribe.pdf?sequence=8>.

15. Consulte: Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (2014). *Estudio Mundial sobre el Homicidio 2013. Resumen*. Viena: UNODC.
16. México Evalúa (2012). *Seguridad y Justicia Penal en los Estados: 25 indicadores de nuestra debilidad institucional*. México. Disponível em: http://mexicoevalua.org/wp-content/uploads/2016/05/MEX-EVA_INDIX_SJPE-LOW.pdf.
17. Consulte: Comisión Asesora de Política Criminal (2012). *Informe Final: Diagnóstico y propuesta de lineamientos de política criminal para el Estado Colombiano*. Colombia: Ministerio de Justicia y del Derecho.
18. Consulte: Beato, C. (2012). *Crime e cidades*. Belo Horizonte: UFMG.
19. Consulte: Briceño-León R., Camardiel, A. & Ávila, O. (2012). "La impunidad como causa de la violencia homicida". Em Briceño-León R., Camardiel, A. & Ávila O, *Violencia e Institucionalidad: informe sobre del Observatorio Venezolano de Violencia 2012*. Alfa, Caracas.
20. Veja: Corporación Latinobarómetro (2016). *Informe 2016. Buenos Aires: Latinobarómetro*. Acesso em 4 de março de 2017, disponível em: <http://www.latinobarometro.org/latNewsShow.jsp>.
21. Organização dos Estados Americanos (OEA) (2012). *Alerta América (2012), Informe sobre Seguridad Ciudadana en las Américas: Estadísticas oficiales de Seguridad Ciudadana producidas por los Estados miembros de la OEA*. Washington DC: OEA.
22. Consulte: Garzón, J.C. (2016). *Qual é a relação entre o crime organizado e os homicídios na América Latina?*. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé – Notas de Homicídios 3. Acesso em 4 de março de 2017, disponível em: https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2016/10/Homicide-Dispatch_3_PT_07-07.pdf.
23. Consulte: Jaitman, L. (Ed). *Los costos del crimen y de la violencia. Nueva evidencia en América Latina y el Caribe*. Washington DC: Banco Interamericano de Desenvolvimento. Acesso em 4 de março de 2017, disponível em: <https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/8133/Los-costos-del-crimen-y-de-la-violencia-nueva-evidencia-y-hallazgos-en-América-Latina-y-el-Caribe.pdf?sequence=8>.
24. Eisner, M. (2015). *Como reduzir os homicídios em 50% nos próximos 30 anos*. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé – Notas de homicídios 1. Acesso em 4 de março de 2017, disponível em: https://docs.google.com/viewer?url=https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Notas-de-Homic%C3%ADdios_1_PT-1.pdf.
25. O ODS 16 pretende "Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis".
26. Consulte: Institute of Criminology Violence Research Centre, University of Cambridge & The World Health Organization (2015). *Global Strategies to Reduce violence by 50% in 30 years*. Disponível em <http://www.vrc.crim.cam.ac.uk/VRCconferences/conference/violencereductionreport>.
27. Consulte: Abt, T. & Winship, C. (2016). *What works in reducing community violence. A meta-review and field study for the Northern Triangle*. Washington DC: Democracy International, USAID. Institute of Criminology Violence Research Centre, University of Cambridge & The World Health Organization (2015). *Global Strategies to Reduce violence by 50% in 30 years*. Kleiman, M. (2009). *When Brute Force Fails: How to have less crime punishment*. Princeton: University Press.
28. Consulte: Cámara de Comercio de Bogotá, Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LAV-UERJ), Open Society Foundations, Fiscalía General de la Nación y Ministerio de Justicia de Colombia (2016). *Protocolo de Bogotá sobre la calidad de los datos de homicidio en América Latina y el Caribe*. Acesso em 4 de março de 2017, disponível em: http://conferenciahomicidiosbogota2015.org/wp-content/uploads/2015/11/16_Calidad-de-datos-entregable-ESPA•OL_SOLO_TXT.pdf.
29. Consulte: Cano, I. & Rojido, E. (2016). *Mapeamento de Programas de Prevenção de Homicídios na América Latina e Caribe*. Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LAV-UERJ).
30. Ibid.
31. Consulte: Muggah, R. & Aguirre, K. (2013). *Mapping citizen security interventions in Latin America: reviewing the evidence*. Norwegian Peacebuilding Resource Center (NOREF).
32. Essa sistematização foi baseada nos trabalhos de Abt, T. & Winship, C. (2016), Chioda, L. (2016) e Cano, I. & Rojido, E. (2016), de maneira complementar a uma revisão bibliográfica e de novas evidências.

33. Consulte: Littell, J., Popa, M., & Forsythe, B. (2005). *Multisystemic therapy for social, emotional and behavioral problems in youth aged 10-17*. Nordic Campbell Center. Hockenhull, J. C., Whittington, R., Leitner, M., Barr, W., McGuire, J., Cherry, M. G., ... & Dickson, R. (2012). *A systematic review of prevention and intervention strategies for populations at high risk of engaging in violent behaviour: update 2002-8*. Disponível em: <https://www.journalslibrary.nihr.ac.uk/hta/hta16030/#/full-report>. Lipsey, M., Landenberger, N. A., & Wilson, S. J. (2007). *Effects of Cognitive-Behavioral Programs for Criminal Offenders: A Systematic Review*. *Campbell Systematic Reviews*, 3(6).
34. Consulte: Visher, C. A., Winterfield, L., & Coggeshall, M. B. (2005). *Ex-offender employment programs and recidivism: A meta-analysis*. *Journal of Experimental Criminology*, 1(3), 295-316. Lipsey, M. W. (1999). *Can intervention rehabilitate serious delinquents?* *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 564(1), 142-166. Jaitman, L., & Guerrero Compeán, R. (2015). *Closing Knowledge Gaps: Toward Evidence-Based Crime Prevention Policies in Latin America and the Caribbean*. Banco Interamericano de Desenvolvimento.
35. Lewandowski, L et al. (2004). *'He killed my mommy!': murder or attempted murder of a child's mother*. *Journal of Family Violence*, 19:211-20. Plichta SB. (2007). *Interactions between victims of intimate partner violence against women and the health care system: policy and practice implications*. *Trauma, Violence & Abuse*, 8(2):226-39; Campbell J. (2005). *Assessing dangerousness in domestic violence cases: history, challenges and opportunities*. *Criminology & Public Policy*, 4(4):653-72.
36. Consulte: Braga, A., & Weisburd, D. (2012). *The Effects of "Pulling Levers" Focused Deterrence Strategies on Crime*. *Campbell Systematic Reviews*. Corsaro, N. & Engel, R. S. (2015). *Most Challenging of Contexts*. *Criminology & Public Policy*, 14: 471-505.
37. Consulte: Cano, I. & Rojido, E. (2016). *Mapeamento de Programas de Prevenção de Homicídios na América Latina e Caribe*. Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LAV-UERJ). Wennmann, A. (2014). *Negotiated Exits from Organized Crime? Building Peace in Conflict and Crime-affected Contexts*. *Negotiation Journal*, July 2014. DOI: 10.1111/nej.12060.
38. Consulte: Braga A, Papachristos A, Hureau D. (2012). *Hotspots policing effects on crime*. *Campbell Systematic Reviews*, 8(8):1-96. Llorente, M.V, Bulla, P. & Castillo, J. (2011). "Seguimiento y Evaluación de Impacto del Plan Nacional de Vigilancia por Cuadrantes de la Policía Nacional de Colombia", em Araya, J. (ed.), *Experiencias en América Latina. El desafío de Evaluar programas de seguridad ciudadana*. Centro de Estudios de Seguridad Ciudadana (CESC), Universidad de ChileBulla. P. & Rámires, B. (2016). *Los "puntos calientes" requieren de intervenciones integrales, la acción policial no basta*. Bogotá: Fundación Ideas para la Paz (FIP). Acesso em 4 de março de 2017, disponível em: <http://cdn.ideaspaz.org/media/website/document/56c4e53e5e596.pdf>.
39. Consulte: Cassidy, T., Inglis, G., Wiysonge, C., & Matzopoulos, R. (2014). *A systematic review of the effects of poverty deconcentration and urban upgrading on youth violence*. *Health & place*, 26, 78-87. Farrington, D. P., & Welsh, B. C. (2002). *Effects of improved street lighting on crime: a systematic review*. Londres: Home Office. Welsh, B. C., & Farrington, D. P. (2009). *Public Area CCTV and Crime Prevention: An Updated Systematic Review and Meta-Analysis*. *Justice Quarterly*, 26(4), 716-745.
40. Consulte: Donohue, J., Aneja, A. & Weber, K. (2017). *Right-to-Carry Laws and Violent Crime: A Comprehensive Assessment Using Panel Data and a State-Level Synthetic Controls Analysis*. Stanford Law School and The National Bureau of Economic Research. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w23510>. Santaella- Tenorio, J, Cerdá, M., Villaveces, A. & Galea. S. (2016). *What Do We Know About the Association Between Firearm Legislation and Firearm-Related Injuries?*. *Epidemiological Review* 2016; 38 (1): 140-157. doi: 10.1093/epirev/mxv012. Koper, C. S., & Mayo-Wilson, E. (2006). *Police crackdowns on illegal gun carrying: a systematic review of their impact on gun crime*. *Journal of Experimental Criminology*, 2(2), 227-261. Makarios, M. D., & Pratt, T. C. (2012). *The effectiveness of policies and programs that attempt to reduce firearm violence: a meta-analysis*. *Crime & Delinquency*, 58(2), 222-244. Hahn RA, Bilukha O, Crosby A, Fullilove MT, Liberman A, Moscicki E et al. (2005). *Firearms laws and the reduction of violence – A systematic review*. *American Journal of Preventive Medicine*, 28(2):40-71. Matzopoulos RG, Thompson ML, Myers JE. (2014). *Firearm and nonfirearm homicide in 5 South African cities: A retrospective population based study*. *American Journal of Public Health*, 104(3):455-60.
41. Consulte: Warburton A, Shepherd JP. (2006). *Tackling alcohol-related violence in city centres: effect of emergency medicine and police intervention*. *Emergency Medicine Journal*, 23(1):12-7. Villaveces, A., Cummings, P., Espitia, V.E., Koepsell, T.D., McKnight B. & Kellermann, A.L. (2000). *Effect on a ban on carrying firearms on homicide rates in 2 Colombian cities*. *JAMA*. vol. 283(9). pg. 1205-1209. Cano, Ignacio (2007). *¿Vivir sin armas? Evaluación del proyecto Municipios libres de armas, una experiencia arriesgada en un contexto de riesgo*. San Salvador: PNUD.

42. O impacto é alto quando nos concentramos na redução de impactos negativos, mas pode ser contraproducente se o objetivo desta estratégia é enfraquecer as estruturas criminosas. Consulte: Mazerolle, L., Soole, D. W., & Rombouts, S. (2006). *Street-level drug law enforcement: A meta-analytical review*. Journal of Experimental Criminology, 2(4), 409-435. Werb, D., Rowell, G., Guyatt, G., Kerr, T., Montaner, J., & Wood, E. (2011). *Effect of drug law enforcement on drug market violence: A systematic review*. International Journal of Drug Policy, 22(2), 87-94.
43. Consulte: Paz y Paz, C. (2017). *Transformando la Justicia en Guatemala. Estrategias y desafíos en la investigación de muertes violentas 2010/2014*. Washington DC: Georgetown University Law Center y Georgetown Institute for Women, Peace and Security e Open Society Foundations.
44. Consulte: Weisburd, D., Telep, C. W., Hinkle, J. C., & Eck, J. E. (2010). *Is problem oriented policing effective in reducing crime and disorder?*. Criminology & Public Policy, 9(1), 139-172. Mazerolle, L., Bennett, S., Davis, J., Sargeant, E., & Manning, M. (2013). *Legitimacy in policing: A systematic review*. Campbell systematic reviews, 9(1).
45. Consulte: Jolliffe, D., & Farrington, D. P. (2007). *A rapid evidence assessment of the impact of mentoring on re-offending: A summary*. Londres: Home Office. Fagan, A. A., & Catalano, R. F. (2013). *What works in youth violence prevention: A review of the literature*. Research on social work practice, 23(2), 141-156. Bilukha O., Hahn R.A., Crosby A., Fullilove M.T., Liberman A., Moscicki, E. et al. (2005). *The effectiveness of early childhood home visitation in preventing violence – a systematic review*. American Journal of Preventive Medicine, 28(2):11-39. Knerr W, Gardner F, Cluver L. (2013). *Improving positive parenting skills and reducing harsh and abusive parenting in low- and middle-income countries: A systematic review*. Prev Sci. DOI 10.1007/s1121-012-0314-1.
46. Consulte: Ttofi, M., Farrington, D., Piquero, A. & DeLisi, M. (2016). *Protective factors against offending and violence: Results from prospective longitudinal studies*. Journal of Criminal Justice, 45: 1-3. Weisburd, D., Farrington, D. & Gill, C. (2017). *What Works in Crime Prevention and Rehabilitation*. Criminology & Public Policy, 16 (2): 415-499. Piquero, A., et. al. (2016). *A meta-analysis update on the effects of early family/parent training programs on antisocial behavior and delinquency*. Journal of Experimental Criminology, 12 (2): 229-248. Kling JR, Ludwig J, Katz LF. (2005). *Neighborhood effects on crime for female and male youth: Evidence from a randomized housing voucher experiment*. The Quarterly Journal of Economics, 87-130. Sciandra, M., Sanbonmatsu, L., Duncan, G.J., Gennetian, L.A., Katz, L.F., Kessler, R. C. et al. (2013). *Longterm effects of the Moving to Opportunity residential mobility experiment on crime and delinquency*. Journal of Experimental Criminology, 9(4):451-89.
47. Esse tipo de estratégia gera um impacto importante quanto está ligada a processos que tenham como objetivo a interrupção da violência, implementando intervenções que evitem atos de vingança ou que acabem por iniciar uma espiral de violência entre grupos. Um exemplo desse tipo de programa é o Cure Violence, implementado em vários países da América Latina e do Caribe, sem avaliações disponíveis. A maioria dessas intervenções foi baseada no projeto CeaseFire de Chicago. Consulte: Skogan, W., Hartnett, S., Bump, N. & Dubois, J. (2009) *Evaluation of CeaseFire-Chicago*. Número do documento: 227181 Washington D.C.: U.S. Department of Justice.
48. Consulte: OCDE (2009). *Armed Violence Reduction. Enabling Development*. Acesso em 4 de março de 2017, disponível em: <https://www.oecd.org/dac/conflictfragilityresilience/docs/armed%20violence%20reduction.pdf>.
49. Consulte: UNDP (2008). *Practical Guidelines. Legislation on small firearms*. Nove York: Workshop on Crisis Prevention and Recovery.
50. Consulte: Parker, S. (2011). *Balancing Act. Regulation on Civilian Firearms Possession. Small Arms Survey 2011*. Geneva: Small Arms Survey Graduate Institute of International Studies.
51. Consulte: Muggah, R. & Dudley, S. (2015). *The Latin American gun leak*. Disponível em: <http://www.latimes.com/opinion/op-ed/la-oe-muggah-arming-latin-america-20150118-story.html>. Muggah, R. (2016). *Stop Enabling Latin America's Gun Addiction*. Disponível em: <http://www.americasquarterly.org/content/stop-enabling-latin-americas-gun-addiction>.
52. Consulte: Muggah, R. & Dudley, S. (2015). *The Latin American gun leak*. Disponível em: <http://www.latimes.com/opinion/op-ed/la-oe-muggah-arming-latin-america-20150118-story.html>.
53. Consulte: Bangalore, S. & Messeri, FH (2013). *Gun ownership and firearm-related deaths*. American Journal of Medicine, 126(10):873-6. DOI: 10.1016/j.amjmed.2013.04.012.
54. Consulte: Cerqueira, D. (2014). *Causes and consequences of crime in Brazil*. Rio de Janeiro: BNDES. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/download/Concurso0212_33_premiobndes_Doutorado.pdf.

55. Consulte: Ungar, M. (2007). *The Privatization of Citizen Security in Latin America: From Elite Guards to Neighborhood Vigilantes*. Social Justice, vol. 34, no. 3/4.
56. Consulte: PNUD (2009). *Opening spaces for public security and human development: Report on human development for Central America 2009-2010*.
57. Consulte: Muggah, R. (2016). *Latin America's Fatal Gun Addiction. The United States' Deadliest Export*. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/south-america/2016-05-27/latin-americas-fatal-gun-addiction>. Muggah, R. (2016). *Stop Enabling Latin America's Gun Addiction*. Disponível em <http://www.americasquarterly.org/content/stop-enabling-latin-americas-gun-addiction>.
58. Consulte: Monoteaux, M., Lee, L., Hemenway, D., Mannix, R. & Fleeger, E. (2015). *Firearm Ownership and Violent Crime in the U.S.* American Journal of Preventive Medicine. Volume 49, Issue 2, Páginas 207–214. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.amepre.2015.02.008>. Manifesto de pesquisadores contra a revogação do Estatuto do Desarmamento, disponível em <https://igarape.org.br/manifesto-contra-a-revogacao-do-estatu-do-desarmamento>.
59. Consulte: Pekny, A., Langeani, B., Angeli, F., Marques, I. & Morin, Stephanie. *Arms control in Brazil. The path to follow*. Brazil: Frederich Ebert Stiftung.
60. Consulte: Villaveces, A., Cummings, P., Espitia, V.E., Koepsell, T.D., McKnight, B & Kellerman, A.L. (2000). Effect of a Ban on Carrying Firearms on Homicide Rates in Two Colombian Cities. *Journal of the American Medical Association*, Vol. 283, No. 9, pp. 1205–9.
61. Consulte: Marcus, W. (2014). *Instruments of Violence Weapons Control Efforts to Reduce and Prevent Armed Violence*. Geneva: Geneva Declaration.
62. Consulte: Wolf, S. (2017). *Mano Dura. The Politics of Gang Control in El Salvador*. University of Texas Press. Basombrió, C. & Dammert, L. (2013). *Security and punitive populism in Latin America: lessons learned, new findings and emerging issues*. Washington DC: Woodrow Wilson Center Latin American Program.
63. Consulte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2013). *Brazilian Yearbook of Public Security*. São Paulo. Disponível em http://www.forumseguranca.org.br/storage/download/anuario_2013-corrigido.pdf.
64. Consulte: Kliksberg, B. (2007). *Myths and realities about criminality in Latin America. Some strategic notes on how to face it and improve social cohesion*. Madri: International and Iberian-American Foundation of Public Policies Administration (FIAPP). Disponível <http://www.iapp.org/uploads/descargas/mitos.pdf>.
65. Consulte: Hume, M. (2007). *(Young) Men With Big Guns: Reflexive Encounters with Violence and Youth in El Salvador*. Bulletin of Latin American Research, vol. 26, no. 4, pp. 480–496. Zilberg, E. (2007). Refugee Gang Youth: Zero Tolerance and the Security State in Contemporary U.S.-Salvadoran Relations. In: Sudhir Alladi Venkatesh y Ronald Kassimir (eds.), *Youth, Globalization and the Law*. California: Stanford University Press, pp. 61-89.
66. Consulte: Bruneau, T., Dammert, L. & Skinner, E. (eds.) (2011). *Maras: Gang Violence and Security in Central America*. Texas: University of Texas Press.
67. Consulte: PNUD (2014). *Regional Report of Human Development 2013-2014 Public Security with a Human Face: diagnosis and suggestions for Latin America*.
68. Consulte: Cano, I. & Rojido, E. (2016). *Mapeamento de Programas de Prevenção de Homicídios na América Latina e Caribe*. Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LAV-UERJ).
69. Ibid.

A campanha **Instinto de Vida** é uma iniciativa para reduzir os homicídios na América Latina em 50% nos próximos dez anos. A aliança foi criada a partir da união de dezenas de organizações, com apoio de organismos multilaterais e da Open Society Foundations.

Os atuais membros da campanha Instinto de Vida incluem:

ACNUR-Colômbia (Colômbia)
Alianza por la Paz y la Justicia (Honduras)
Animal Político (México)
Asociación Para Una Sociedad Más Justa - ASJ (Honduras)
Caracas Mi Convive (Venezuela)
Casa Alianza (Honduras)
Casa de las Estrategias (Colômbia)
Cauce Ciudadano (México)
Colômbia Diversa (Colômbia)
Dromómanos (Regional)
Efecto Cocuyo (Venezuela)
El Espectador (Colômbia)
Enjambre Digital (México)
FOPRIDEH (Honduras)
Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Brasil)
Fósforo (México)
Frente Colimense en Defensa de la Tierra, el Agua y la Vida (México)
Fundación Esquipulas (Guatemala)
Fundación Ideas para la Paz - FIP (Colômbia)
Fundación para la Justicia y El Estado Democrático de Derecho (México)
Go Joven (Guatemala)
Instituto Fidedigna (Brasil)
Instituto Sou da Paz (Brasil)
Instituto Igarapé (Brasil)
Jóvenes Contra la Violencia (Guatemala)
Jóvenes Contra la Violencia Honduras (Honduras)
Kino Glaz (El Salvador)
México Evalúa (México)
Nómada (Guatemala)
Nossas (Brasil)
Observatório de Favelas (Brasil)
Pacifista! (Colômbia)
Parces (Colômbia)
Plaza Pública (Guatemala)
PROVEA (Venezuela)
Reacin (Venezuela)
Redes Ayuda (Venezuela)
Runrunes (Venezuela)
Ve por Sinaloa (México)
Visão Mundial (Brasil)
World Vision Honduras (Honduras)

Alianças regionais

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)
CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina
Organização dos Estados Americanos (OEA)

Apoio

Open Society Foundations





www.br.instintodevida.org



[/InstintodeVida](https://www.facebook.com/InstintodeVida)



[/instintodevida_](https://twitter.com/instintodevida_)



[/instintodevida](https://www.instagram.com/instintodevida)